



Mãe de Carla Cepollina é impedida de falar no TJ-SP

Representação arquivada pela Procuradoria não pode ser defendida em Órgão Especial de Tribunal de Justiça. Apesar de ter começado a falar diante dos desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, a advogada Liliana Prinzivalli foi impedida de continuar e sustentar a representação que fez contra o promotor de justiça, Luiz Fernando Vaggione.

Liliana é mãe da advogada Carla Cepollina, acusada de matar a tiros o coronel da reserva da Polícia Militar e deputado estadual Ubiratan Guimarães, em setembro do ano passado. Segundo o relator, desembargador Marcus Andrade, uma vez que a Procuradoria Geral de Justiça do estado negou a representação contra o promotor, não há nada a fazer, senão arquivá-la.

Em entrevista coletiva concedida em novembro do ano passado, a advogada acusou o promotor de justiça, que denunciou sua filha, de abuso de poder. Vaggione, em discussão com a advogada, disse que ela e a filha se achavam “arrogantemente acima da lei”, porém eram pessoas comuns. Já a mãe de Carla Cepollina perguntou ao promotor se ele tinha alguma razão especial para denunciar sua filha.

Os desembargadores não entraram no mérito se houve ou não o abuso. Afirmaram que, caso existam danos de outra natureza, eles não abrangem o arquivamento, cabendo a instalação de outro tipo de processo, no caso, civil. Porém, o relator ressaltou que isso é uma opção da interessada e não uma orientação do Tribunal.

Date Created

08/03/2007